

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.979, DE 2023

Dispõe sobre a Campanha Nacional Pró Ensino de Educação Financeira nas escolas do ensino fundamental e do ensino médio, das redes públicas e privadas, estabelecidas no território nacional, institui o Selo da “Escola Amiga da Educação Financeira”, e dá outras providências.

Autora: Deputada ANY ORTIZ

Relator: Deputado MAURÍCIO CARVALHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 2.979, de 2023, de autoria da Deputada Any Ortiz, “dispõe sobre a Campanha Nacional Pró Ensino de Educação Financeira nas escolas do ensino fundamental e do ensino médio, das redes públicas e privadas, estabelecidas no território nacional, institui o Selo da “Escola Amiga da Educação Financeira”, e dá outras providências”.

Nos termos do art. 151, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a matéria tramita em regime ordinário e possui apreciação conclusiva pelas Comissões, consoante o art. 24, II, do RICD.

Para análise de mérito, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Educação (CE) e para exame de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PL.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR



De autoria da Deputada Any Ortiz, o Projeto de Lei (PL) nº 2.979, de 2023, “dispõe sobre a Campanha Nacional Pró Ensino de Educação Financeira nas escolas do ensino fundamental e do ensino médio, das redes públicas e privadas, estabelecidas no território nacional, institui o Selo da ‘Escola Amiga da Educação Financeira’, e dá outras providências”.

De acordo com o art. 1º, a Campanha proposta no PL em exame tem o propósito de dar completude ao Programa de Formação Docente para Atuação com Educação Financeira nas escolas do ensino fundamental e do ensino médio, das redes públicas e privadas, estabelecidas no território nacional, resultante de acordo de cooperação firmado em 2021 entre o Ministério da Educação e a Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito do Programa Educação Financeira na Escola.

Em seguida, o art. 2º do PL dispõe que a adesão à referida Campanha ocorrerá pela inclusão do tema “Educação Financeira” nas propostas pedagógicas das escolas do ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas, ao passo que o art. 3º preconiza o ensino de “Educação Financeira” nos currículos escolares em atividades presenciais ou a distância (EaD).

A matéria institui ainda o Selo da “Escola Amiga da Educação Financeira”, a ser conferido pelo Ministério da Educação às escolas do ensino fundamental e do ensino médio, das redes públicas e privadas, instaladas no território nacional que aderirem à Campanha Nacional Pró Ensino de Educação Financeira.

Senhores Deputados e Deputadas, quanto à temática promovida, é salutar e meritório que os currículos do ensino fundamental e médio contemplem, de forma transversal, a educação financeira. A escola é o lugar ideal para que nossas crianças e jovens compreendam o valor do dinheiro e desenvolvam hábitos de consumo e de poupança equilibrados. Os conceitos de educação financeira repercutirão na vida adulta, proporcionando aos cidadãos maior segurança e autonomia para lidar com diferentes situações financeiras, desde o planejamento de metas de curto e longo prazo, até a escolha de investimentos adequados.

Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental e médio contemple a educação financeira como tema transversal e integrador em diversos objetos de conhecimento, alçar a educação financeira como um componente curricular resguardado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação



Nacional (LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) será um marco relevante para garantir melhores hábitos de consumo e de poupança da nossa população.

De modo respeitoso, na forma do Substitutivo anexo, aprimoramos a proposição para que seu conteúdo normativo seja explicitado de modo claro, como deve ocorrer nos textos legais.

Não nos parece recomendável que a completude do Programa de Formação Docente para Atuação com Educação Financeira, um subitem do Programa Educação Financeira na Escola, ocorra por meio da adesão a uma Campanha instituída por lei federal. Além do mais, sendo o Programa desempenhado por meio de acordo de cooperação técnica entre a Comissão de Valores Mobiliários e o Ministério da Educação, não é adequado que o Poder Legislativo interfira no *modus operandi* do Poder Executivo.

Pelo mesmo motivo, não é adequado instituir o Selo “Escola Amiga da Educação Financeira”, a ser conferido pela União, especificamente pelo Ministério da Educação, porque a matéria não está acompanhada da estimativa de impacto financeiro e da origem de recursos para seu custeio, além de poder caracterizar uma intromissão do Poder Legislativo, uma vez que o PL em exame não é de autoria do Poder Executivo.

Nesse sentido, elaboramos Substitutivo que contempla o cerne da matéria, à medida que acrescenta o § 12 ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), para prever o ensino de educação financeira como tema transversal e integrador nos currículos do ensino fundamental e médio.

Pelo exposto, ao passo que congratulamos a autora da matéria, votamos pela aprovação do PL nº 2.979, de 2023, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 09 de dezembro de 2024.

Deputado MAURÍCIO CARVALHO
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO



SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.979, DE 2023

Acrescenta o § 12 ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para prever o ensino de educação financeira como tema transversal e integrador nos currículos do ensino fundamental e do ensino médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do § 12 com a seguinte redação:

“Art. 26.....

.....

§ 12. A educação financeira será componente curricular do ensino fundamental e do ensino médio como tema transversal e integrador”.
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 09 de dezembro de 2024.

Deputado MAURÍCIO CARVALHO
Relator

